



6º ENCONTRO: 14 fev. 23

A arte de celebrar

48. Um modo para conservar e para crescer na compreensão vital dos símbolos da Liturgia é certamente o cuidado da arte de celebrar. Também esta expressão é objeto de diversas interpretações. Ela esclarece-se se for compreendida, tendo como referência o sentido teológico da Liturgia, descrito no número 7 da *Sacrosanctum Concilium*, a que já nos referimos diversas vezes. A *ars celebrandi* não se pode reduzir à mera observância de um aparato de rubricas, e ainda menos pode ser pensada como uma fantasiosa – por vezes selvagem – criatividade sem regras. O rito é por si mesmo uma norma e a norma nunca é fim para si mesma, mas está sempre ao serviço da realidade mais alta que quer salvaguardar.

49. Como qualquer arte, requer diversos conhecimentos.

Em primeiro lugar, a compreensão do dinamismo que descreve a Liturgia. O momento da ação celebrativa é o lugar em que, através do memorial se torna presente o mistério pascal para que os batizados, em virtude da sua participação, possam experimentá-lo na sua vida: sem esta compreensão cai-se facilmente no exteriorismo (mais ou menos refinado) e no rubricismo (mais ou menos rígido).

Em seguida, é preciso conhecer o modo como o Espírito Santo age em cada celebração: a arte de celebrar deve estar em sintonia com a ação do Espírito. Só assim estará a salvo de subjetivismos, que são o fruto da

prevalência de sensibilidades individuais, e de culturalismos, que são aquisições acríticas de elementos culturais que nada têm a ver com um processo correto de inculturação.

Por fim, é necessário conhecer as dinâmicas da linguagem simbólica, a sua peculiaridade, a sua eficácia.

50. Destes breves acenos, resulta evidente que a arte de celebrar não se pode improvisar. Como qualquer arte, requer aplicação assídua. A um artesão basta a técnica; a um artista, para além de conhecimentos técnicos, não pode faltar a inspiração que é uma forma positiva de posse: o verdadeiro artista não possui uma arte, é possuído por ela. Não se aprende a arte de celebrar porque se frequenta um curso de oratória ou de técnicas de comunicação persuasiva (não julgo as intenções, vejo os efeitos). Qualquer instrumento pode servir, mas deve sempre submeter-se à natureza da Liturgia e à ação do Espírito. Há que dedicar-se diligentemente à celebração, deixando que seja a própria celebração a transmitir-nos a sua arte. Escreve Guardini: “Devemos dar-nos conta de quão profundamente ainda estamos enraizados no individualismo e no subjetivismo, de até que ponto nos desabituaamos do apelo das grandezas e de como é pequena a medida da nossa vida religiosa. Deve despertar-se de novo o sentido do alto estilo da oração, a vontade de implicar também nela a nossa existência. Mas o caminho para estas metas é a disciplina, a renúncia a um sentimentalismo mole; um trabalho sério, feito em obediência à Igreja, em relação com o nosso ser e com o nosso comportamento religioso”. É assim que se aprende a arte de celebrar.

51. Ao falar deste assunto, somos levados a pensar que só diga respeito aos ministros ordenados que desempenham o serviço da presidência. Na realidade, é uma atitude que todos os batizados são chamados a viver. Penso em todos os gestos e palavras que pertencem à assembleia: o reunir-se, o avançar em procissão, o estar sentados, de pé, de joelhos, o cantar, o estar em silêncio, o aclamar, o olhar, o ouvir. São muitos os modos com que a assembleia, “como um só homem” (Ne 8, 1), participa na celebração. Realizar todos juntos o mesmo gesto, falar todos juntos a uma só voz, transmite a cada um a força de toda a assembleia. É uma uniformidade que não só não mortifica mas, pelo contrário, educa cada fiel a descobrir a unicidade autêntica da própria personalidade, não em atitudes individualistas mas na consciência de ser um só corpo. Não se trata de ter de seguir um protocolo de boas maneiras litúrgico: trata-se antes de uma “disciplina” – no sentido usado por Guardini – que, se observada com autenticidade, nos

forma: são gestos e palavras que põem ordem dentro do nosso mundo interior fazendo-nos viver sentimentos, atitudes, comportamentos. Não são a enunciação de um ideal em que procuramos inspirar-nos, mas são uma ação que implica o corpo na sua totalidade, ou seja, no seu ser unidade de alma e corpo.

52. Entre os gestos rituais que pertencem a toda a assembleia, o silêncio ocupa um lugar de importância absoluta. Várias vezes é expressamente prescrito nas rubricas: toda a celebração eucarística é imersa no silêncio que precede o seu início e marca cada instante do seu desenvolvimento ritual. Efetivamente, está presente no ato penitencial; após o convite à oração; na liturgia da Palavra (antes das leituras, entre as leituras e após a homilia); na oração eucarística; depois da comunhão. Não se trata de um refúgio onde esconder-se para um isolamento intimista, quase sofrendo a ritualidade como se de uma distração se tratasse: um tal silêncio estaria em contradição com a própria essência da celebração. O silêncio litúrgico é muito mais: é o símbolo da presença e da ação do Espírito Santo que anima toda a ação celebrativa; por esse motivo muitas vezes constitui o ápice da sequência ritual. Precisamente porque é símbolo do Espírito tem o poder de exprimir a sua ação multiforme. Assim, retomando os momentos que acima recordei, o silêncio move ao arrependimento e ao desejo de conversão; suscita a escuta da Palavra e a oração; dispõe à adoração do Corpo e do Sangue de Cristo; sugere a cada um, na intimidade da comunhão, o que o Espírito quer realizar na vida para nos conformar ao Pão partido. Por isso, somos chamados a realizar com extremo cuidado o gesto simbólico do silêncio: é nele que o Espírito nos dá forma.

53. Cada gesto e cada palavra contém uma ação precisa, que é sempre nova porque encontra um instante sempre novo da nossa vida. Explico o que quero dizer com um exemplo simples. Ajoelhamo-nos para pedir perdão; para vergar o nosso orgulho; para entregar a Deus o nosso pranto; para suplicar uma intervenção sua; para lhe agradecer um dom recebido: é sempre o mesmo gesto que diz essencialmente o nosso ser pequeninos diante de Deus. Todavia, feito em momentos diferentes do nosso viver, plasma a nossa interioridade profunda, para depois se manifestar exteriormente na nossa relação com Deus e com os irmãos. Também o ajoelhar-se deve ser feito com arte, quer dizer, com uma plena consciência do seu sentido simbólico e da necessidade que nós temos de exprimir com este gesto o nosso modo de estar na presença de Senhor. Se tudo isto é verdade para um simples gesto, quanto mais não o será para a celebração da Palavra? Que arte somos chamados a apreender ao proclamar a Palavra, ao escutá-la, ao

fazê-la inspiração da nossa oração, ao fazê-la tornar-se vida? Tudo isto merece o máximo cuidado, não formal, exterior, mas vital, interior, porque cada gesto e cada palavra da celebração, expresso com “arte”, forma a personalidade cristã de cada um e da comunidade.

54. Se é verdade que a *ars celebrandi* diz respeito a toda a assembleia que celebra, é igualmente verdade que os ministros ordenados a devem cuidar com especial cuidado. Ao visitar as comunidades cristãs reparei, muitas vezes, que o seu modo de viver a celebração está condicionado – para o bem e, infelizmente, também para o mal – pelo modo como o seu pároco preside à assembleia. Poderia dizer-se que há diversos “modelos” de presidência. Eis uma possível lista de atitudes que, embora sendo opostos entre si, caracterizam a presidência de modo certamente inadequado: rigidez austera ou criatividade exagerada; misticismo espiritualizante ou funcionalismo prático; precipitação apressada ou lentidão acentuada; descuido negligente ou excessiva minúcia; excessiva afabilidade ou impassibilidade hierática. Apesar da variedade desta amostra, penso que a inadequação destes modelos de presidência tem uma raiz comum: um personalismo exacerbado do estilo celebrativo que, por vezes, manifesta uma mal disfarçada mania de protagonismo. Isto torna-se ainda mais evidente quando as nossas celebrações são transmitidas em rede, o que nem sempre é oportuno e sobre o qual devemos refletir. Entendamo-nos: não são estas as atitudes mais frequentes, mas não é raro que as assembleias sofram estes “maus tratos”.

55. Muito se poderia dizer acerca da importância e delicadeza do ato de presidir. Em várias ocasiões me demorei sobre a tarefa exigente de fazer a homilia. Limito-me agora a algumas considerações mais amplas, querendo sempre refletir convosco sobre como somos formados pela Liturgia. Penso na normalidade das Missas dominicais nas nossas comunidades: refiro-me, portanto, aos presbíteros mas, implicitamente, a todos os ministros ordenados.

56. O presbítero vive a sua típica participação na celebração em virtude do dom recebido no sacramento da Ordem: esta especificidade exprime-se, precisamente, na presidência. Como todos os ofícios que é chamado a desempenhar, não se trata primariamente de uma tarefa que lhe é confiada pela comunidade, mas antes da consequência da efusão do Espírito Santo recebida na ordenação que o habilita para essa tarefa. Também o presbítero é formado pelo seu presidir à assembleia que celebra.

57. Para que este serviço seja bem feito – com arte, precisamente – é de fundamental importância que o presbítero tenha, acima de tudo, uma viva consciência de ser, por misericórdia, uma especial presença do Ressuscitado. O ministro ordenado é ele próprio uma das modalidades da presença do Senhor que tornam a assembleia cristã única, diferente de qualquer outra (cf. *Sacrosanctum Concilium*, n. 7). Isto dá espessura “sacramental” – em sentido amplo – a todos os gestos e palavras de quem preside. A assembleia tem o direito de poder sentir nesses gestos e nessas palavras o desejo que o Senhor tem, hoje como na última Ceia, de continuar a comer a Páscoa conosco. O Ressuscitado é, portanto, o protagonista; não o são, seguramente, as nossas imaturidades que procuram, assumindo um papel e uma atitude, um modo de se apresentar que não podem ter. O próprio presbítero deve ser absorvido por este desejo de comunhão que o Senhor tem para com todos: é como se estivesse no meio entre o coração ardente de amor de Jesus e o coração de cada fiel, objeto do seu amor. Presidir à Eucaristia é submergir-se na fornalha do amor de Deus. Quando nos é dado compreender, ou até só intuir esta realidade, já não precisamos de um *diretório* que nos imponha um comportamento adequado. Se precisamos dele é *pela dureza do nosso coração*. A norma mais alta e, portanto, mais exigente, é a própria realidade da celebração eucarística que seleciona palavras, gestos, sentimentos, levando-nos a compreender se são ou não adequados à função que devemos desempenhar. É evidente que também isto não se improvisa: é uma arte, requer do presbítero aplicação, isto é, uma frequência assídua do fogo de amor que o Senhor veio trazer à terra (cf. *Lc 12, 49*).

58. Quando a primeira comunidade parte o pão em obediência ao mandato do Senhor, fá-lo sob o olhar de Maria que acompanha os primeiros passos da Igreja: “unidos pelo mesmo sentimento, entregavam-se assiduamente à oração, com algumas mulheres, entre as quais Maria, mãe de Jesus” (*At 1, 14*). A Virgem Mãe “vela” sobre os gestos do seu Filho confiados aos Apóstolos. Tal como, depois de ter acolhido as palavras do anjo Gabriel, guardou no seu seio o Verbo feito carne, assim a Virgem continua a guardar no seio da Igreja aqueles gestos que fazem o Corpo do seu Filho. O presbítero que, em virtude do dom recebido com o sacramento da Ordem, repete esses gestos, é guardado no seio da Virgem. Será preciso ainda uma norma para nos dizer como nos devemos comportar?

59. Tornados instrumentos para fazer deflagrar o fogo do seu amor na terra, guardados no seio de Maria, Virgem feita Igreja (como cantava São Francisco), os presbíteros deixam-se trabalhar pelo Espírito que quer levar

a cumprimento a obra que começou na sua ordenação. A ação do Espírito oferece-lhes a possibilidade de exercer a presidência da assembleia eucarística com o temor de Pedro, consciente do seu ser pecador (cf. *Lc* 5, 1-11), com a humildade forte do servo sofredor (cf. *Is* 42 ss), com o desejo de “ser comido” pelo povo que lhes está confiado no exercício quotidiano do ministério.

60. É a própria celebração que educa para esta qualidade de presidência, não é, repetimo-lo, uma adesão mental, se bem que toda a nossa mente, tal como a nossa sensibilidade, esteja nela implicada. O presbítero é, pois, formado para a presidência pelas palavras e pelos gestos que a liturgia põe nos seus lábios e nas suas mãos.

Não se senta num trono porque o Senhor reina com a humildade de quem serve.

Não rouba a centralidade do altar, “sinal de Cristo de cujo lado aberto correu sangue e água, nos quais encontram fundamento os sacramentos da Igreja. (...) Seja o centro do nosso louvor e da nossa ação de graças”.

Aproximando-se do altar para a apresentação dos dons, o presbítero é educado na humildade e no arrependimento pelas palavras: “De coração humilhado e contrito sejamos recebidos por Vós, Senhor. Assim o nosso sacrifício seja agradável a vossos olhos”.

Não pode presumir de si mesmo para o ministério que lhe está confiado porque a Liturgia o convida a pedir para ser purificado, no sinal da água: “Lavai-me, Senhor, da minha iniquidade e purificai-me do meu pecado”.

As palavras que a Liturgia põe nos seus lábios têm conteúdos diversos que requerem tonalidades específicas: pela importância destas palavras é exigida ao presbítero uma verdadeira *ars dicendi*. Elas dão forma aos seus sentimentos interiores, ora na súplica ao Pai em nome da assembleia, ora na exortação dirigida à assembleia, ora na aclamação a uma só voz com toda a assembleia.

Com a Oração Eucarística – na qual também todos os batizados participam escutando “com reverência e silêncio” e intervindo com “aclamações” – quem preside tem a força, *em nome de todo o povo santo*, de recordar ao Pai a oferta do seu Filho na última Ceia, para que esse dom imenso se torne

novamente presente no altar. Nessa oferta participa com a oferta de si mesmo. O presbítero não pode narrar ao Pai a última Ceia sem participar nela. Não pode dizer: “Tomai todos e comei: isto é o meu Corpo entregue por vós” e não viver o mesmo desejo de oferecer o seu próprio corpo, a sua própria vida pelo povo a si confiado. É isto o que acontece no exercício do seu ministério.

Por tudo isto, e por muito mais, o presbítero é continuamente formado na ação celebrativa.

* * *

61. Quis simplesmente oferecer algumas reflexões, que certamente não esgotam o imenso tesouro da celebração dos santos mistérios. Peço a todos os bispos, aos presbíteros e aos diáconos, aos formadores dos seminários, aos docentes das faculdades e das escolas de teologia, a todos os catequistas que ajudem o povo santo de Deus a beberem daquela que é desde sempre a primeira fonte da espiritualidade cristã. Somos continuamente chamados a redescobrir a riqueza dos princípios gerais expostos nos primeiros números da *Sacrosanctum Concilium*, compreendendo a íntima ligação entre a primeira das Constituições conciliares e todas as demais. Por este motivo, não podemos voltar àquela forma ritual que os Padres conciliares, *cum Petro* e *sub Petro*, sentiram a necessidade de reformar, aprovando, sob a guia do Espírito e segundo a sua consciência de pastores, os princípios dos quais nasceu a reforma. Os santos Pontífices Paulo VI e João Paulo II, aprovando os livros litúrgicos reformados *ex decreto Sacrosancti Oecumenici Concilii Vaticani II* garantiram a fidelidade da reforma ao Concílio. Por este motivo escrevi *Traditionis custodes*, para que a Igreja possa elevar, na variedade das línguas “uma só e idêntica oração” capaz de exprimir a sua unidade. Pretendo que esta unidade, como já escrevi, seja restabelecida em toda a Igreja de Rito Romano.

62. Gostaria que esta Carta nos ajudasse a reavivar o assombro pela beleza da verdade do celebrar cristão, a recordar a necessidade de uma formação litúrgica autêntica e a reconhecer a importância de uma arte da celebração que esteja ao serviço da verdade do mistério pascal e da participação de todos os batizados, cada qual com a especificidade da sua vocação.

Toda esta riqueza não está longe de nós: está nas nossas igrejas, nas nossas festas cristãs, na centralidade do domingo, na força dos sacramentos

que celebramos. A vida cristã é um contínuo caminho de crescimento: somos chamados a deixar-nos formar com alegria e na comunhão.

63. Por isso desejo deixar-vos mais uma indicação para prosseguir no nosso caminho. Convido-vos a redescobrir o sentido do *ano litúrgico* e do *dia do Senhor*: também esta é uma indicação do Concílio (cf. *Sacrosanctum Concilium*, nn. 102-111).

64. À luz de tudo o que acima recordámos, compreendemos que o ano litúrgico é para nós a possibilidade de crescer no conhecimento do mistério de Cristo, imergindo a nossa vida no mistério da sua Páscoa, na esperança da sua vinda. Esta é uma verdadeira formação contínua. A nossa vida não é uma sucessão casual e caótica de acontecimentos mas um percurso que, de Páscoa em Páscoa, nos conforma a Ele “enquanto esperamos em jubilosa esperança a vinda gloriosa de Jesus Cristo, nosso Salvador”.

65. No decurso do tempo feito novo pela Páscoa, em cada oito dias a Igreja celebra no domingo o acontecimento da salvação. O domingo, antes de ser um preceito, é um dom que Deus faz ao seu povo (por esse motivo a Igreja o guarda como um preceito). A celebração dominical oferece à comunidade cristã a possibilidade de ser formada pela Eucaristia. De domingo em domingo, a Palavra do Ressuscitado ilumina a nossa existência, querendo realizar em nós aquilo para que foi mandada (cf. *Is* 55, 10-11). De domingo em domingo, a comunhão no Corpo e no Sangue de Cristo quer fazer também da nossa vida um sacrifício agradável ao Pai, na comunhão fraterna que se faz partilha, acolhimento e serviço. De domingo em domingo, a força do Pão partido nos sustenta no anúncio do Evangelho no qual se manifesta a autenticidade da nossa celebração.

(Carta Apostólica **DESIDERIO DESIDERAVI** do santo padre **Francisco** sobre a formação litúrgica do Povo de Deus)